

Deus acima de todos? A construção da teo-política na crise das democracias

Eduardo Gusmão Quadros¹

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.52108>

Resumo: Estamos assistindo a uma crise dos regimes democráticos. A maioria dos estudiosos aponta para causas políticas, para a questão da desigualdade social ou o impacto das mídias virtuais nesse processo, mas o tema da crença quase não é levada em conta. Este trabalho quer ressaltar como a soberania estatal e os dispositivos democráticos ocidentais remetem à figura divina do todo-poderoso. Para isso, apresentaremos noções conceituais sobre a dimensão teo-política da governamentalidade, como ela contribui para a formação de uma nova forma de hegemonia global e sua importância na construção da subjetividade.

Palavras-chave: Crenças; Poder; Soberania; Democracia.

God above all?

The construction of teo-political in crisis of democracies

Abstract: We are witnessing a crisis in democratic regimes. Most scholars point to political causes, to the issue of social inequality or the impact of virtual media in this process, but the theme of beliefs is hardly taken into account. This paper aims to highlight how state sovereignty and Western democratic devices refer to divine figure of the almighty. For this, we will present conceptual notions about the theo-political dimension of governance, how it contributed to the formation of a new form of hegemony and its importance in the making of social subjects.

Key-words: Beliefs; Power; Sovereignty; Democratic Systems.

¹ Doutor em História. Professor do departamento de história da Universidade Estadual de Goiás . Professor da pós-graduação em História e em Ciências da Religião da PUC Goiás. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0645-6901>. Email: eduardo.hgs@hotmail.com

Dios sobre todo?

La construcción del teo-política en la crisis de las democracias

Resumen: Estamos presenciando una crisis en los regímenes democráticos. La mayoría de los académicos señalan las causas políticas, el tema de la desigualdad social o el impacto de los medios virtuales, pero el tema de las creencias poco se tiene en cuenta. Este trabajo tiene como objetivo resaltar cómo la soberanía estatal y los dispositivos democráticos occidentales se refieren a la figura divina del todopoderoso. Para ello, presentaremos nociones conceptuales sobre la dimensión teopolítica de la gobernanza, cómo contribuyó a la formación de una nueva forma de hegemonía y su importancia en la formación de la subjetividad contemporánea.

Palavras clave: Creencia; Poder; Soberanía; Democracias.

Recebido em 06/02/2020 - Aprovado em 19/03/2020

*A desesperança se estendeu até tornar-se
um estado religioso mundial, do qual ainda
se espera a salvação. A transcendência de
Deus foi derrubada. Mas ele não está morto,
Ele se incorporou ao destino humano.
Walter Benjamin (1921/2012, p.212)*

Muito já se escreveu sobre os perigos da sobreposição entre religião e política. Os autores partem, obviamente, do pressuposto de que a laicização do Estado foi um processo histórico positivo. Curiosamente, a teoria da secularização foi lentamente desacreditada na sociologia (WILLAIME, 2012, p.143-181), mas esse pressuposto permaneceu vigoroso.

Na revisão da teoria da secularização, os processos históricos europeus deixaram de ser vistos como regra e os Estados Unidos da América deixaram de ser a exceção. Mas ele também não deve ser colocado como modelo, mesmo que seja importante devido a sua influência mundial. O mundo islâmico, semelhantemente, costuma ser detratado na imprensa por não seguir o que seria a “normalidade” democrática ocidental (NORRIS, P. e INGLEBERT, R, 2011). Tal noção, que permeia o senso comum, impede-nos de ver melhor uma forma de domínio que emerge de forma mais clara na crise de soberania que passa diversos países nesse início de século XXI.

Denominaremos essa forma de dominar e controlar os protocolos da subjetivação de *teo-poder*, noção que tentará se justificar nesse artigo. A princípio,

queremos apenas apontar que ela visa complementar as noções de bio-política, elaborada por Foucault (2014) na década de setenta, e a de psico-política, proposta mais recentemente por Byung-Chul Han (2014). O elemento básico que a diferencia é a ênfase na importância da crença e do desejo para os sujeitos bem como para a manutenção da governabilidade, perante tanta desigualdade e conflitos sociais.

Entre deus e o diabo

O sábio professor Max Weber já estava aposentado quando a República de Weimar foi fundada na Alemanha, após a derrota na Primeira Guerra Mundial. Convidado para dar conferências na Universidade de Munique, em 1919, ele abordou numa delas o tema da “política como vocação”, enxergando com pessimismo a formação do novo sistema representativo. Acerca da tentação de se criarem partidos com certo ideário cristão, vaticinou:

os primeiros cristãos sabiam muito bem que o mundo é governado pelos demônios e quem se dedica à política, ou seja, ao poder e força como um meio, faz **contrato com as potências diabólicas**, e pela sua ação se sabe que não é certo que o bem só pode vir do bem e o mal só pode vir do mal, mas que com frequência ocorre o inverso. Quem deixar de perceber isso é, na realidade, um ingênuo em política (WEBER, 2004, p.85)

O pensador alerta que os princípios do jogo político são distantes das convicções éticas e religiosas. De boas intenções o inferno está cheio! A contradição referida, onde os bons princípios podem criar o mal, aproxima-se muito, inclusive, da noção paulina de pecado (cf. Romanos 7, 15-20). A visão “ingênua” do poder estatal serve enquanto publicidade, mas está distante do verdadeiro funcionamento do mundo da política.

Na época desta conferência, um jovem jurista era assistente da Universidade de Munique. Não se pode afirmar que estivesse presente na conferência de Weber, mas alguns anos depois Carl Schmitt buscará reduzir ao máximo o que seria a lógica de funcionamento do mundo político. Chegou à conclusão de que seu princípio básico está na ruptura entre amigo e inimigo, não como indivíduos, obviamente, mas enquanto grupos sociais em competição pelo poder. Ele escreveu que “toda contraposição religiosa, moral, econômica, se converte em uma contraposição política quando é suficientemente forte para agrupar efetivamente seres humanos em amigos e inimigos” (2008, p.39).

Consciente de que essa divisão atingia um princípio importante dos ensinamentos de Cristo, o amor aos inimigos (Mt. 5, 44), ele faz questão de esclarecer e isolar a esfera política das demais que compõem a sociedade. Faz isso de duas maneiras. A primeira defendendo que o princípio evangélico se realiza na relação privada, na solidariedade concreta entre duas pessoas. “A passagem bíblica não diz respeito à contraposição política, assim como, por exemplo, não tem a pretensão de suprimir as oposições entre bom e mau ou belo e feio” (2008, p.31). A segunda forma é justamente distinguir o funcionamento político dos juízos morais e religiosos, abandonando-se os idealismos que permeiam esse campo (2008, p.38). Há um sentido especificamente político nos combates e sua intensidade determina a força de união dos grupos dispostos em confronto (2008, p.40).

Tais grupos se constituem disputando a soberania de uns sobre os outros. Antes de redigir o tratado acerca do “conceito de político”, Schmitt havia percebido que o sistema representativo da República de Weimar buscava se legitimar não mais buscando princípios religiosos. Seria um estado moderno, laico, contudo era necessário esclarecer que observado de maneira mais acurada a “teologia” estava presente no modo de pensar, de formular as leis constitucionais, nas formas de solucionar os conflitos. Não importa sua origem católica ou protestante, “todos os conceitos centrais da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados” (2009, p.37).

A pequena obra, editada em 1922, sobre a dimensão teológico-política² inicia com a ideia de soberania e conclui afirmando que o Estado não se reduz a nada além dele mesmo. Jamais será uma empresa, como pretendia Max Weber (2009, p.57). O governo exige uma legitimidade própria e postula princípios com pretensões absolutas, como ocorria na ideia religiosa de todo-poderoso.

Essa noção nos parece essencial na reflexão sobre a governamentalidade em suas formas atuais. Defenderemos junto com Claude Lefort (1991), com Giorgio Agamben (2008) e com o próprio Carl Schmitt (2009, 123-133), dentre outros, o vigor do teológico-político. Mas é preciso relativizar a noção ainda linear de secularização, como ocorre em Schmitt. O mais relevante não é captar a transição semântica do campo religioso para o político, mas apreender sua imbricação. É nessa zona de intercâmbios que o teo-poder atuará na formação das subjetividades modernas.

² Preferimos traduzir o termo alemão *Politische-Theologie* deste modo e não como teologia política, como geralmente é feito. Não se trata propriamente de uma produção da Teologia como área acadêmica e, principalmente após o movimento latino-americano da Teologia da Libertação, o termo presta-se a confusões. Pensá-lo além da teologia sistemática ou fundamental é importante para perceber essa dimensão e formulá-la enquanto conceito, o que faremos a seguir.

A crise do poder pastoral

Michel Foucault não trabalhou exatamente com a dimensão teológico-política, mas formulou a categoria de biopolítica, que inspira nosso trabalho. Quando abordou o momento de “Nascimento da Biopolítica” (FOUCAULT, 2009), nas aulas do final de 1978 e início de 1979, apontou como momento chave a República de Weimar.

No curso, de fato, ele não trata quase da política no sentido tradicional do termo, nem propriamente do Estado, preferindo estudar a formação do discurso econômico neoliberal. Isso decorre da sua percepção de que naquele momento a Alemanha foi uma espécie de laboratório para a construção de uma nova forma de governar, onde a submissão seria baseada na “liberdade” dos cidadãos e o Estado seria, forçosamente, desmilitarizado. Não que o “monopólio legítimo da violência”, da conhecida conceituação de Weber (2004), deixasse de existir, porém outras formas de controle ganhariam eficácia.

Deste modo, o *sujeito sujeitado* típico da modernidade ganhou corpo e alma. Há uma inversão que ficou amplamente demonstrada no modo de governar executado na República de Weimar: antes era função do Estado garantir a liberdade individual e agora é a liberdade individual que garantirá o Estado. Esse processo contraditório pode ser sintetizado pelo conceito de *assujeitamento*.

Os processos sociais de assujeitamento, especialmente nas democracias, são uma pauta importante de investigação. A ambiguidade apontada entre liberdade e submissão, como defendeu Butler, é um ponto nevrálgico da perspectiva foucaultiana, mantendo-se o “sujeito” como “o lugar dessa ambivalência, o lugar em que ele surge tanto como efeito de um poder anterior quanto como condição de possibilidade de uma forma de ação radicalmente condicionada” (2017, p.18). Desde tal percepção, se reinsere a problemática da subjetivação como central nas Ciências Humanas e fica mais claro que a manutenção da soberania passa necessariamente pelo domínio das almas.

Isso requer a construção de vários dispositivos através institucionais pelos quais desde os territórios geopolíticos até os corpos individuais vão sendo conectados. Tal ação complexa de estabelecimento do domínio soberano é dada pela governamentalidade, definida por Foucault como:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por

instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (2008, p.143).

Nessa definição, dada no curso proferido em finais de 1977 e início de 1978, a analítica das formas de assujeitamento ainda não estava tão evidente, mas também não se pode dizer que não fosse percebida. O pensador francês sabe que o principal meio de controlar uma população é agir sobre *o desejo*, termo que surge do campo religioso e passa a ter conotações políticas no século XVIII (2008, p.95).

Ressaltamos que esse é o século justamente da formação do liberalismo, em suas diversas formas, quando a liberdade se tornou um ícone. Tendo essa consciência, o curso intitulado “Segurança, Território, População” sofre uma inflexão e passa a estudar, durante mais de um mês, o modelo pastoral de governar. Ele proveio da Igreja, inclusive, das metáforas bíblicas, a exemplo do rei-pastor. Havia uma imbricação, como se sabe, entre a instituição eclesiástica e o Estado absolutista, onde um historicamente conformou o outro. Ainda que Foucault não tenha utilizado em nenhum momento a noção de teológico-político, é disso que se trata.

Uma caracterização rápida do governo pastoral. Primeiramente, é uma forma de poder não localizável, que está sempre em movimento, acompanhando as pessoas governadas. Em segundo lugar, como se fosse uma manifestação de Deus, o poder pastoral é bom, marcado sempre pelas boas intenções. A terceira característica é que o governante, mesmo quando atua com violência, deseja o bem de seu “rebanho”. Ele se sacrifica, ou sacrifica algo, para que a maioria seja salva e consiga deste modo um futuro melhor. Por fim, a conduta serve simultaneamente para todos e para cada um individualmente (cf. QUADROS, 2013).

Esse modelo de governo, no qual soteriologia e política se misturam, possui longa duração na história ocidental. Talvez, alguns de seus traços possam ser identificados ainda hoje, contudo defenderemos seu desmantelamento, que, semelhantemente, tem sido lenta. Não que tais características do poder tenham desaparecido da governamentalidade, mas foram recebendo novas formas e sendo articuladas de outra maneira, principalmente nos estados nacionais do período após a Segunda Grande Guerra.

Então, outras modalidades de assujeitamento passam a fundamentar o sistema democrático, coadunando-se com a normalização da soberania. O ideário da escolha livre implica o funcionamento de sistemas eficazes de controle comportamental nos quais o desejo e a crença, elementos de forte matiz religiosa, estão mobilizados. A importante noção de governamentalidade precisa ser ampliada para inclui-los.

A democracia em excesso

A democracia, como o poder, nunca serão domados pelo sentimento de escassez. Contudo, para os gestores dos regimes liberais, a geração do pós-guerra – também conhecidos como *baby bombers* - exageraram nas demandas. Em 1975, a Comissão Trilateral patrocinada por Rockefeller, composta por três países ricos³, elaborou um relatório onde era apontado “o excesso de democracia que surgiu nos anos 1960”, ou seja, lamentavam o “aumento das reivindicações igualitárias e do desejo de participação política ativa das classes mais pobres e mais marginalizadas”. O funcionamento pleno do regime democrático exigiria, portanto, “certo grau de apatia e não participação da parte de certos indivíduos e grupos” (apud DARDOT, P. e LAVAL, C., 2016, 194). De maneira paulatina, tal agenda foi incorporada nas políticas públicas, principiando pelos países mais ricos.

O final do século XX e início do XXI tem sido referido por muitos estudiosos como um momento de desestruturação dos regimes democráticos liberais. Pelo menos, como nós os conhecemos. Não pretendemos fazer, nesse trabalho, uma análise de todas as teorias acerca do tema, mas tomaremos algumas das obras mais conhecidas, que foram publicadas recentemente no Brasil.

O primeiro *best-seller* possui o significativo título de *Como as democracias morrem*, escrito pelos professores da Universidade de Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Eles estudam comparativamente alguns momentos e países onde as democracias rapidamente se transformaram em ditaduras. O sentimento dos autores é que um processo semelhante ocorre atualmente no mundo, pois a polarização sócio-política e o rápido incremento da desigualdade colocam em ameaça as formas tradicionais de participação popular (2018, p.17).

Ocorreram muitos golpes de Estado no século XX, mas as democracias não deixam de existir por causa disso. O regime democrático é frágil e permite quem o nega chagar ao governo. Eles propõem quatro princípios para identificar lideranças autoritárias que colocam em xeque o sistema eleitoral representativo. Tais pessoas:

- a) Rejeitam por palavras ou ações as regras democráticas;
- b) Negam a legitimidade de seus oponentes;
- c) Toleram ou encorajam as práticas violentas;
- d) Dão indicações de restringir liberdades civis e da mídia (2018, p.31)

Obviamente que essas lideranças fazem tudo isso em nome do povo e acusam os políticos tradicionais, ou o próprio sistema eleitoral, de corruptos. Como impedir que isso aconteça e eles sejam vitoriosos? Os autores propõem em suas análises o reforço dos

³ O estudo foi conduzido por três intelectuais: Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki.

caminhos institucionais, a garantia da segurança jurídica e o cultivo dos princípios democráticos originais (no caso, norte-americanos). Curiosamente, apontaram motivos econômicos e sociais na origem da crise democrática, mas as soluções se afastam desta via.

O crescimento do fosso entre ricos e pobres é um fenômeno estrutural, não casual, que acarreta na ruptura entre governantes e governados, aponta o sociólogo espanhol Manuel Castells (2018). Os efeitos nocivos da globalização atingiram em cheio o funcionamento dos estados nacionais, os sistemas de segurança social e deixaram em crise a representatividade dos partidos políticos. A consequência foi o incremento do medo e da xenofobia, bem como a busca de soluções simplórias para questões muito complexas.

O descrédito em relação aos políticos vem sendo acentuado cotidianamente pelas denúncias da grande imprensa. Afinal, tanto a mídia quanto a política sobrevivem dos “escândalos”. Enquanto o desemprego aumenta, os bancos e corporações financeiras continuaram recebendo apoio dos governos, como se isso fosse melhorar a situação da população em geral. O sentimento de difuso de revolta e desilusão gerado por essa situação, que emerge em manifestações públicas periodicamente, é criminalizado pelo complexo midiático-estatal e reprimido com violência cada vez mais brutal (2018, p.121).

Está ocorrendo a transição para uma ordem pós-liberal, indica o autor. Muito além dos debates entre esquerda e direita, “trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários” (2018, p.33).

O diagnóstico de Castells é pessimista. “Ausculteí muitas sociedades nas duas últimas décadas e não detecto sinais de nova vida democrática por trás das aparências”. Mesmo assim, ele tem coragem de propor até a radicalização da democracia, referindo-se ao antigo sonho auto gestor (2018, p.142). Com uma espécie de esperança trágica, fala no surgimento de novas formas de participação político-social que surjam “do fundo da opressão e do desespero” (2018, p.146), mas não observa que isso necessita da crença e do desejo libertários. A *ruptura* entre as instituições ocidentais não foi pensada como uma reformulação do regime de soberania.

Se houve rupturas entre as instituições normativas da sociedade, pode ter ocorrido também a separação interna entre a política liberal e o regime democrático. Essa é a hipótese central da investigação de Yascha Mounk, autor de origem germânica que trabalha nos Estados Unidos da América. Ele estuda o declínio da utopia, surgida após a Grande Guerra, de que o mundo caminhava para a consolidação democrática, com a ajuda do intenso crescimento econômico, expansão educacional e a afirmação progressiva

dos direitos humanos. Contudo, a geração dos *millennials* descreditaram nessa conjunção de valores (2019, p.16).

A democracia passou a incomodar os cidadãos. Seu embasamento nos direitos sociais se dissociou do liberalismo econômico e político e tal distensão nos leva a repensar todo o sistema sócio-político:

Por um lado, as preferências do povo estão se fazendo crescentemente não liberais: os eleitores ficaram impacientes com as instituições independentes e estão cada vez menos dispostos a tolerar os direitos das minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites estão se assenhorando do sistema político e fazendo que este seja cada vez menos sensível à vontade popular. [...] Como consequência, o liberalismo e a democracia, os elementos nucleares de nosso sistema político estão entrando em conflito mútuo (MOUNK, 2019, p.34).

Como consequência, os líderes com propostas autoritárias e populistas tem conseguido seguidas vitórias. O Estado se fortaleceu em sua capacidade de intervenção, de controle social, coligado com as grandes corporações financeiras. Apesar disso, o autor desconsidera a questão da manutenção da soberania bem como dos rigorosos processos atuais de assujeitamento.

Ele abordou a crença no final da obra. Propõe em seu último capítulo, como solução, a *renovação da fé cívica*. Retorna, então, ao “sonho americano” e as sugestões colocadas vão no sentido de reformar as instituições básicas formadoras do mundo ocidental. Chega a ser ingênuo quando escreve, por exemplo: “Ainda que não possamos recriar a ameaça do comunismo ou do fascismo, sim, podemos recordar que a formação cívica é um baluarte essencial frente às tentações autoritárias” (2019, p.287). Mantendo tal perspectiva de reforço das instituições, apesar de indicar contradições importantes nas políticas públicas atuais, desconsidera que o próprio Estado reproduz os princípios excludentes do capitalismo neoliberal. E os dois, a nosso ver, não estão em conflito.

O âmbito do crer no poder

Os pensadores abordados estão preocupados, com toda a propriedade, ao verem a escalada relativamente rápida do autoritarismo. Percebem as consequências nefastas da concentração de riqueza e da polarização social. Porém, fazem a crítica do liberalismo ou do sistema democrático para defendê-lo, buscando caminhos para

assegurar sua continuidade. Talvez estejamos generalizando demais, contudo entendemos que a maioria das abordagens concebem os problemas políticos por uma ótica institucional, internalista. O Mercado seria um outro sistema social, que somente influencia os conflitos sociais e partidários.

Principalmente a esfera simbólica foi pouquíssimo tratada nessas obras. Mas como se pode entender o Estado e o capitalismo neoliberal sem estudá-la? Sem adentrar nos dispositivos discursivos que atuam no desejo e guiam os processos de subjetivação? Tal oclusão é compartilhada tanto por autores de esquerda como de direita. O pressuposto presente de ambos os lados, identificado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p.230 passim), aponta-nos a importância de perceber as transformações transcendentais da soberania, transformada agora na *governança* dos sujeitos sociais.

Antes ser soberano seria governar sobre um território e uma população, legislando sobre eles. Os critérios, tão marcados pela mentalidade militar, hoje estão ampliados para um novo modo de exercício do poder. Nele estão baseadas as estratégias de instituições políticas e jurídicas, quer sejam internacionais ou de caráter nacional. Essa nova forma de poder também se estende para as associações trabalhistas, os partidos, as igrejas e escolas. Na visão dos autores, há um regime de *coprodução público-privada das normas* que regem a sociedade (DARDOY e LAVAL, 2016, p.277). Tais normas são globalizadas, sendo os maiores exemplos o mundo virtual e o sistema financeiro internacional. Sim, empresas também participam dessa nova forma de governar, por meio de múltiplas concessões dadas pelos Estados e, muitas vezes, por nós mesmos.

Se concedemos a autorização para sermos controlados e reconhecemos as regras liberais da *nova ordem mundial*, a política hoje quer atingir um novo alvo. A busca se dá pelo desejo. Ora, tanto as modernas teorias da psicanálise quanto as o capitalismo hodierno estabelecem a importância de se considerar os seres humanos, essencialmente, como sujeitos desejantes. Esta é a base da construção da governamentalidade:

As grandes proclamações a respeito da importância do ‘fator humano’ que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de um objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. [...] A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o ‘colaborador’ da empresa, enfim, o

desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.327).

Como se vê, a direção das condutas dos sujeitos permanece em vigor nas políticas da soberania, como ocorria no poder pastoral. Mas se houve a transição da esfera do desejo entre a religião e a política na formação do mundo contemporâneo, conforme apontou por Foucault (2008, p.95), a crença adveio a seu lado. Crer e desejar são os dois elementos formadores do teo-poder; constituem-se enquanto metas dos modos de subjetivação em vigor e da reprodução das instituições normativas do comportamento.

As Ciências Humanas, de maneira geral, mantiveram uma visão pejorativa da crença. Pode ser um preconceito que permaneceu com ares iluministas, reforçado pela herança das lutas históricas contra o domínio das instituições eclesásticas no conhecimento. Mas nessa reformulação de paradigmas do final do século XX, necessário para a análise das mudanças no regime de soberania, destacamos a função social do crer.

Abordando a reflexão acerca do Estado e da política, vamos exemplificar apenas com um autor que, apesar de ter produzido uma *suma sociológica* dos dilemas atuais, pouco se dedicou ao tema de maneira específica. Trata-se de Pierre Bourdieu. Nos últimos cursos que ministrou “Sobre o Estado”, abordou diversas vezes como o crer e o poder estão imiscuídos, chegando a afirmar que “o Estado é uma entidade teológica, isto é, uma entidade que subsiste pela crença” (2012, p.58). Acontece que em sua percepção, o governo somente pode ser estabelecido, principalmente nas democracias modernas, por meio do poder simbólico. O crer opera com a adesão aos símbolos, transformando ficções em realidade. Por atingir tal dimensão ontológica, articula os consensos sociais da vida cotidiana.

As instituições, de maneira geral, procuram fazer crer, pois são “o fiduciário organizado, a confiança organizada, a crença organizada, a ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real.” (BOURDIEU, 2012, p.91). Mais que isso, tanto os agentes do Estado quanto os eclesásticos criaram palavras que deveriam ser cridas e condutas que devem ser seguidas porque os grupos acreditam nas instituições que as propagam. Seus discursos adquiriram, historicamente, o estatuto de autolegitimados, de autofundamentados e, por conseguinte, foram universalizados com reconhecida autoridade (2012, p.136). O universal, como Deus, é o que pode solidificar os vínculos de interdependência, reais e imaginários, conferindo autoridade às regras a serem obedecidas.

Crer, confiar, aderir, seguir. Deve-se alertar que se esses termos forem pensados dentro de uma semântica estritamente religiosa, pouco indicarão porque são importantes. Deve-se notar seus processos de difusão, talvez até de esfacelamento, nos quais sua matriz transcendental ganha novas significações, mas tais atitudes permanecem presentes em diversos campos da configuração social. Isso ocorreu, justamente, porque continuam demarcando as formas atuais de assujeitamento e de manutenção da governamentalidade, ainda que com sentidos laicizados.

A força teo-política

Vamos tentar exemplificar o que estamos argumentando com um esquema didático, visando explicar melhor a proposta apresentada. Em termos gráficos, o processo de formação dos sujeitos sociais a partir da construção da soberania, poderia ser representado assim⁴:



Primeiramente, devemos explicar que retiramos o *logos* do conceito teológico-político, como é tratado por Schmitt (2009) e Leffort (1991), não por desprezar as palavras ou a relevância social do discurso, mas para não transmitir a sistematicidade – ou até a ciência- que o termo *logia* possui. O *theos* nem é o deus cristão, pois não se trata de uma pessoa ou divindade *ipsis literis*. Queremos indicar a força divina superior, a fonte

⁴ Esse gráfico foi elaborado originalmente para pensar a formação do regime do Padroado Ibérico e sua desestruturação após o século XVIII (QUADROS, 2009). De lá para cá temos retomado o tema algumas vezes, buscando aperfeiçoá-lo e aplicá-lo a outros períodos. É o que fazemos agora, quando a teo-política ganha nova força e novos mecanismos, a exemplo das redes sociais.

suprema de poder. As religiões tratam principalmente de poder⁵, de elaborar rituais que empoderem os fiéis e administrem essa força soberana. Afinal, é ela que governa o caos do mundo.

Chamamos os fiéis de *sujeito a*. Já vimos que o processo de subjetivação é o de sujeição. Então, o termo lembra a origem etimológica de quem é lançado (*jectum*) sob algo ou alguém (*sub*). Esse sujeito *assujeitado* se sente endividado com os demais que o criam e precisa se sacrificar em parte pelos outros. Portanto, trata-se de uma fidelização, do cultivo de uma dívida primordial com o Outro que, de fato, nunca será paga, nem com Deus nem com a sociedade, defende Gauchet (1980, p.69).

O crer está na interface entre a transcendência religiosa e o campo político. Aqui devemos precisar que o termo política possui sentido lato, clássico, de boa convivência na sociedade. Não se refere diretamente ao Estado, mas tudo que é feito para garantir a pluralidade e a liberdade humanas, como queria Hannah Arendt (1995, p.48). Já o crer é o vínculo fundamental das trocas, afastando-se do sentido tradicional de crença e doutrina. Trata-se do ato humano de crer, como formulou Michel de Certeau:

...entendo por ‘crença’ não o objeto do crer (um dogma, um programa, etc), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enuncia-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não o seu conteúdo (CERTEAU, 1996, p.278).

Esse “investimento” dos sujeitos – termo utilizado com sentido psicanalítico⁶ - é dinâmico e polissêmico, porque os enunciados podem ser infinitos e as demandas sociais estão sendo constantemente modificadas. Ao possibilitar a própria noção de realidade, ou seja, o que existe e o que vale a pena existir, o ato de crer pode ser considerado como instituinte e instituído. De forma complementar, o poder e o saber interagem com o crer criando a gramática gerativa do fazer. Assim os sujeitos arriscam a construção de equilíbrios instáveis do “próprio”, para garantir coerências mínimas que resultam nas identidades coletivas.

⁵ Aqui estamos a seguir a perspectiva durkheimiana, autor que tanto refletiu acerca das formas de coerção. Ele pensa o núcleo da religião como um sistema de forças e poderes, não como um conjunto de divindades. Esses poderes especiais podem “ligar-se às palavras pronunciadas, aos gestos efetuados, tanto quanto a substâncias” (1996, p.203).

⁶ Michel de Certeau estudou muito tempo com Lacan e suas ideias ficaram marcadas pela perspectiva psicanalítica. Conforme o *Dicionário de Psicanálise*, o investimento é uma mobilização da energia pulsional que tem por consequência ligar esta a uma representação, a um grupo de representações, a um objeto ou à parte do corpo (ROUDINESCO, 1998, p.398).

A instabilidade entre os domínios está representada graficamente pelo hífen do conceito. Tanto há somas e confluências quanto subtrações e tensões entre tais campos. As instituições sociais, ao buscarem sua *credibilidade*, disputam monopolizar o crer. Deste modo elas obtém seu *crédito* social, disputando a adesão dos sujeitos por meio da fidelização e pela criação de condutas favoráveis a si próprias.

O teo-poder, na verdade, não é isolado de outras formas de domínio. Nem é algo novo. Mas percebe-se sua intensificação e tentativas de novas formas aplicação na atual crise das democracias liberais. Podemos distinguir, ainda de forma didática, três modos de renovar a soberania sobre os sujeitos sociais:

- a) O *bio-poder* – Conceito foucaultiano formulado para analisar os mecanismos de controle da sociedade disciplinar. Se dá a partir de técnicas aplicadas ao corpo para conseguir formar as almas, como ele demonstrou em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2014). O modelo ideal que se quer construir é o cidadão.
- b) O *psico-poder* – Pode-se falar da mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle no pós-guerra. Nesse processo, a ação da psicopolítica ficou bem mais envidenciada, como propôs Byung-Chul Han (2014). O autor trabalha com temas importantes para nossa perspectiva, ao estudar as práticas neoliberalismo relacionando-as com as novas formas de subjetivação e da transcendência do capital. Define o pensador coreano,

O neoliberalismo como uma nova forma de evolução, uma nova forma de mutação do capitalismo, que não se ocupa primeiramente do ‘biológico, somático, corporal’. Pelo contrário, descobre a *psique* como força produtiva. Este giro para a psique e com isso para a psicopolítica, está relacionado com a forma de produção do capitalismo atual, posto que este último está determinado por formas de produção imateriais e incorpóreas (2014, p.41-42).

O sistema financeiro passou a operar com imaterialidades, o que pode ser exemplificado tanto pela bolsa de valores NASDAQ quanto pelas *startups* tecnológicas. A mente e os comportamentos são estudados para serem condicionados pelos métodos da neurociência. Então, o modelo ideal a ser construído por meio do psico-poder é o consumidor.

c)O *teo-poder* – Nem sempre há racionalidade nos dispositivos da governamentabilidade. O teo-poder visa atingir a esfera emocional da existência, as alegrias e tristezas, os sonhos e os medos, a rejeição e o fascínio, o que é resumido pela frase tão comum nos grupos religiosos: “Entrega teu coração”. Sim, antes de mais nada, o foco está no domínio do desejo por meio da crença.

O desejo pode ser considerado o elemento básico do sacrifício religioso, como afirmou Durkheim com a fórmula latina: *do ut des* – dou para ter (1996, p,374). Na famosa versão franciscana, pode-se dizer “é dando que se recebe”, o que na antropologia é semelhante à lógica da dádiva estudada por Mauss (1974). Na versão atualizada, diríamos que o Mercado nos ensina cotidianamente: “Entrega-me teu desejo para ter o que desejas”.

As formas religiosas do capitalismo já haviam sido percebidas por Walter Benjamim, na década de vinte do século passado, quando ele vivia na República de Weimar. Escreveu o jovem pensador que “o capitalismo serve essencialmente à satisfação das mesmas preocupações, tormentos e inquietações às quais davam resposta antigamente as assim chamadas religiões” (BENJAMIM, 2012, p.211). O teo-poder busca atingir tal confluência, sendo o modelo ideal a ser construído: o fiel.

Nessa rápida esquematização, tentamos distinguir formas e alvos distintos do poder. De fato, eles se sobrepõem e se completam, porque é impossível separar corpo, mente e coração dos sujeitos sociais. Entretanto, há diferenças irreduzíveis e somente o teo-poder guarda reverência com o mistério⁷. Sim, um mistério impensado sustenta os vínculos da família, a relação com os amigos, o trabalho nas escolas e empresas, mistério que igualmente habita os amores mantidos. O conceito de teo-poder possibilita o reconhecimento de que crer é desejar o que não se pode ter e os sujeitos também vivem desse incalculável, desse *impoder*.

Considerações Finais

Destacamos nesse trabalho que a reflexão acerca da governamentabilidade é uma tarefa importante e podemos perceber o reforço do autoritarismo, ou a crise das democracias liberais, como uma forma de reestruturar o regime de soberania globalizado.

⁷ Talvez seja esse o “lugar vazio”, semelhante ao de Deus, que Lefort (1991) sustenta ser o princípio da democracia moderna. De qualquer modo, Bourdieu comenta o *mistério* do Estado e os *ministérios* que atribui a seus correligionários (2012, p.86). Afirma também a importância do impensado: “O Estado permanece o impensado, o princípio impensado de nossos pensamentos...” (2012, p. 208). Podemos estender esse princípio a outros campos da sociedade, como seu próprio trabalho de pesquisa demonstrou.

A elite político-econômica mundial precisa rearticular seu plano transcendental para fortalecer no plano da imanência a conduta comportamental que consolide o império. O império em vigor não é mais territorial, não possui um povo específico, nem uma língua única, rompendo igualmente com os limites entre público e privado. Conforme autores como Hardt e Negri, o novo despotismo ocorre nesses estilos totalitários de subjetivação a que estamos submetidos:

Na pós-modernidade imperial, o governo forte tornou-se simplesmente o meio despótico de dominação e a produção totalitária de subjetividade. O governo forte conduz a grande orquestra de subjetividades reduzidas a mercadorias. E é, conseqüentemente, a determinação dos limites do desejo... (2012, p.370-71).

O campo teo-político é uma forma de articular tudo isso. Ao mesmo tempo, deixar espaço para a rebelião, para a invenção de novas formas de transcendência ou para o reencantamento das antigas. Afinal, o desejo, ao contrário da necessidade, não tem limites. Já o fulcral ato humano de crer habilita-o à dimensão da existência. A esperança, confiamos, permanece no destino humano.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Editions du Seuil, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. In: MOREIRA, Aberto da S (org.). *O capitalismo como religião*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, p.211-215.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016,
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FOUCAULT, Michel *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Lisboa: Almedina, 2014

- GAUCHET, Marcel. A dívida do sentido e as raízes do Estado. In: CLASTRES, Pierre (Org.). *Guerra, religião, poder*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Madrid: Herder, 2014.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Imperio*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- LEFORT, Claude. Permanência do Teológico- Político. In: LEFORT, Claude. *Pensando o Político* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MOREIRA, Aberto da S (org.). *O capitalismo como religião*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.
- NORRIS, P. e INGLEBERT, R. *Sacred and secular: religion and politics worldwide*. 2ª ed. Cambridge University Press, 2011.
- QUADROS, Eduardo G. A pastoral das almas e o governo dos homens: Foucault revolucionaria a história da igreja? Revista *Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 4, n.2, Agosto-Dezembro de 2013, p.238-254.
- QUADROS, Eduardo G. O teo-político da dominação colonial. *Revista Horizonte*, PUC Minas, v. 7, n. 15, dez. 2009, p.32-52
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia das religiões*. São Paulo: Editor da Unesp, 2012.